A psicologia escolar e a educação no âmbito dos problemas nacionais

YONNE MONIZ REIS

Falar em problemas nacionais inclui, necessariamente, uma extensão aos problemas internacionais. E, com referência à educação, nada melhor do que as palavras de Charles Hummel, membro do Conselho Executivo da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas – Unesco, em artigo escrito sobre a educação de amanhã:

"No cenário da política mundial percebe-se com nitidez cada vez maior que a problemática crucial da qual depende fundamentalmente o futuro da humanidade é a do estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial.

O encontro de um equilíbrio aceitável entre os países industrializados e os que estão em desenvolvimento, a criação em toda a humanidade de um espírito solidário indispensável à sobrevivência da própria espécie, que se encontra perdida neste *navio* à deriva que é o nosso planeta, este é o trabalho que tem de ser realizado num futuro bem próximo. E, no sentido mais amplo do termo, tarefa basicamente pedagógica – trata-se de uma disputa entre a *educação* e *catástrofe*.

Uma nova ordem mundial não pode ser exclusivamente econômica; tem de ser

também *social* e *cultural*. Na medida em que se *estabelecer – ou não* – esta nova ordem, se determinará o desenvolvimento da educação no mundo."

Embora admitindo-se como radicais as alternativas apresentadas por Hummel, *catástrofe* ou *educação*, os profissionais envolvidos no processo de educação, mesmo os mais otimistas, não podem fugir ao desafio, procurando novas proposições e modelos que atendam às necessidades humanas. O momento atual é de reformas dos sistemas educativos, reformas essas que exigirão soluções em nível nacional, e não a simples importação de modelos tradicionais ou não, concebidos em outros países. Entretanto, algumas tendências atuais poderão caracterizar a educação no futuro:

- Desenvolvimento de novas formas de educação extra-escolar.
- Escolas mais abertas ao meio e ensino mais flexível e adequado, mais próximas das atividades denominadas de *desenvolvimento cultural*.
- Classes formadas mais no nível de conhecimento do que com base na idade do aluno.
- Utilização de meios de comunicação de massa e de outras atividades educativas exteriores ao sistema de educação.
- Contingente cada vez maior de pessoas a ingressar nos processos de aprendizagem.
- Generalização da educação pré-escolar.
- Maior duração da aprendizagem escolar.
- Maiores possibilidades da formação de adultos e de pessoas idosas.
- Descentralização do ensino, reforçando uma política de democratização e oferecendo melhor educação para cada um.
- Unificação do 1.º com o 2.º ciclo de ensino, como tronco comum, levando a maiores possibilidades de opção.
- Agravamento do problema de desemprego de pessoas diplomadas, exigindo uma nova concepção de divisão de trabalho e trazendo pressões sobre a universidade.
- Envelhecimento cada vez mais rápido das qualificações profissionais, decorrente do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.
- Desaparecimento progressivo da distinção ensino geral e profissional, facilitando a mudança de carreira ao longo da vida.
- Pequena margem de aproveitamento das novas tecnologias educacionais (recursos audiovisuais, computadores) que vem resistindo às mudanças e não têm atendido às expectativas generalizadas de grandes transformações.
- Maior participação das organizações internacionais, atualmente lideradas pela UNESCO, como catalizadoras do pensamento e da pesquisa, como responsáveis pelo intercâmbio de experiência e informações e pelas estruturas de cooperação prática.
- Regionalização das estruturas de cooperação internacional, fugindo a uma atuação centralizada mais lenta e politizada.

Face a tais perspectivas, nas quais estamos circunscritos, como parte do planeta Terra, abordaremos os problemas de ordem nacional.

Somos um país de grandes proporções territoriais, com diversidade de paisagens geográficas e de fisionomias climáticas, marcando peculiaridades em cada região e conseqüentes interesses que norteiam as atividades humanas e seus fins econômicos. Constituímos zonas produtivas separadas por grandes vazios de difícil ocupação. São Paulo e Centro-Sul, com seus níveis produtivos de desenvolvimento considerável, contrastam com o Nordeste, o Norte, ou mesmo o Centro-Oeste, em estágio de subdesenvolvimento, não obstante possuírem áreas produtivas. Daí uma extensa faixa de população brasileira encontrar-se em situação de marginalização com referência à força de trabalho, direitos sociais, cuidados médicos e educação. Com um elevado índice de aumento demográfico, e estimativas de 110 milhões de habitantes, estamos a exigir soluções de ordem econômico-social: melhor distribuição de renda, escolas, hospitais, moradias, estradas, transportes, erradicação de doenças, segurança, preservação do meio, previdência social, abertura de novas frentes de trabalho, empregos, energia elétrica, combustível, alimentos, enfim, melhores condições de vida e de realização pessoal.

Com referência aos problemas especificamente de ordem educativa, podemos assim nos definir:

Em muitos pontos estamos seguindo as tendências universais do processo educativo: *a*) programas de educação extra-escolar, através de rádio e televisão; *b*) possibilidades de educação do adulto; *c*) maiores contingentes à procura de aprendizagem; *d*) agravamento dos problemas de desemprego de pessoas diplomadas, embora somente nos grandes centros urbanos; *e*) pouco aproveitamento das novas tecnologias educacionais.

Merecem, entretanto, destaque e algumas considerações, duas tendências das mais importantes: a generalização da educação pré-escolar e a democratização do ensino.

Segundo estimativas atuais existem no mundo 765 milhões de menores de seis anos, que dentro de dez anos deverão alcançar a casa dos 900 milhões. Pouco mais de 5% dessas crianças, ou seja, 40 milhões, computadas entre a maioria dos países, já freqüentam estabelecimentos de educação escolar.[1]

O último censo demográfico do Brasil, realizado em 1970, calculou em 93.139.037 os nossos habitantes, dos quais 13.811.806 compreendidos na faixa de zero aos quatro anos, e 13.459.508, dos cinco aos nove anos. Cerca de 30% da nossa população, em 1970, ocupava a faixa de zero aos nove anos, 14,8% de zero aos quatro anos; 14,5% dos cinco aos nove anos. Calcula-se que, atualmente, 62% da população esteja incluída na faixa de zero aos 24 anos.

Estimativas sobre população residente para 1990 apresentam a seguinte configuração – População total residente: de 158.991.690 a 166.934.554

[1] Dienzeide, Henri. *Correio da Unesco*, jun. 1978.

Grupos de idade (1990)			
0 a 4 anos	–	21.838.360	a 25.338.083
5 a 9 anos	–	20.987.074	a 23.377.061
10 a 14 anos	–	18.858.406	a 20.259.734
15 a 19 anos	–	16.598.298	a 17.250.124
20 a 24 anos	–	13.707.959	a 14.507.959

Fonte: *Anuário Estatístico*, IBGE – 1977.

Ainda nos próximos 10 anos, pode-se estimar:

58% da população: 0 aos 24 anos – 91.990.097 a 99.932.961
27% da população: 0 aos 9 anos – 42.825.434 a 48.715.144

Grosso modo, poderíamos admitir a necessidade de metade das instituições de educação pré-primária no Brasil, para o ano de 1990, de quantas existem atualmente no mundo, já que, estaríamos com mais de 20 milhões de crianças em idade pré-escolar, expectativa essa sem controle estatístico. Dos 900 milhões de crianças do mundo 2,5% possivelmente estariam residindo no Brasil.

No Rio de Janeiro, em 1975, tínhamos 1.093 unidades escolares pré-primárias, sendo 156 estaduais, 157 municipais e 780 particulares. No início daquele ano foram matriculadas 76.300 crianças.

Das estimativas populacionais calculadas para o referido ano de 1975, ponto de referência para nossas conclusões, encontram-se 16.414.466 crianças na idade de zero a quatro anos; 14.028.494, de cinco a nove anos. Dessas crianças, somente 566.008 foram matriculadas em unidades de educação pré-primária, ou seja, 1,9% das crianças compreendidas entre zero e nove anos (30.442.960).

As últimas estatísticas sobre matrícula no início do ano nos diferentes graus de ensino estão assim distribuídas:

Ensino	1973	1974	1975
Pré-primário	498.824	529.845	566.008
1.º grau	18.573.193	19.286.611	–
2.º grau	1.477.650	1.681.728	–
3.º grau	772.800	937.593	1.072.548
4.º grau	12.351	17.081	17.260

Com referência às despesas fixadas pelo Ministério da Educação e Cultura, segundo programas e subprogramas, estão assim discriminadas, nos últimos levantamentos:

Despesa fixada pelo MEC, segundo programas e subprogramas – 1977

Especificação	Despesa fixada (Cr$ 1.000)
Assistência e previdência social	164.907
Educação	*12.021.349*
Administração	661.846
Administração financeira	360.245
Planejamento governamental	95.932
Serviços de informações	3.958
Ensino de 1.º grau	*1.489.543*
Ensino de 2.º grau	*1.290.698*
Ensino superior	*6.757.948*
Ensino supletivo	*161.060*
Educação física e desportos	8.742
Assistência a educandos	737.255
Cultura	347.771
Educação especial	106.153
Assistência	200

Do exposto pode-se inferir que a educação pré-primária necessita maiores investimentos e oportunidades, tanto mais face ao significado de fase evolutiva que antecede à idade escolar. O crescimento físico e psicológico do homem é muito mais rápido nos primeiros cinco anos de vida do que nos outros períodos subseqüentes. Desenvolvimento de aptidões lógicas e lingüísticas, equilíbrio emocional, adaptação social, destacam-se neste período. Presume-se já estejam fixados aos quatro anos 50% do acervo intelectual acumulado; 30% entre os quatro e oito anos.[2]

Responsável pela educação, especialmente nos anos de maior dependência da criança, a família vem sofrendo o impacto dos contextos industrializados, das necessidades econômicas nos países subdesenvolvidos e da participação da mulher no processo econômico, social e político. Um sistema pré-escolar é reclamado no sentido de ajudar a criança a adquirir, em seus primeiros e decisivos anos de vida

[2] Dienzeide, Henri. *op. cit.*, jul. 1978.

uma base sólida para sua vida futura. E daí maiores oportunidades na vida, possibilidades de reduzir, nos primeiros anos, deficiências sociais e culturais. Um trabalho preventivo é então delineado, reclamando a intervenção de vários profissionais envolvidos no processo de educação, entre eles o psicólogo escolar.

Compreendida a educação pré-escolar como o maior investimento que o sistema educacional possa promover para defender a natureza humana, ponto de partida para o respeito às diferenças individuais, possibilidade da primeira orientação para oferecer o melhor para cada um, e não o igual para todos, fica caracterizada como o grande reforço de uma política de democratização do ensino e de preservação dos aspectos humanísticos de educação. É desse núcleo básico que deverão convergir todos os ideais de uma educação para o futuro, ponto de partida para a ordem social e cultural reclamada pelas limitações impostas pela ordem econômica. Destacam-se, portanto, a democratização do ensino e suas possibilidades nos graus subseqüentes do sistema educacional.

Nosso ensino regular compreende o ensino pré-escolar ou pré-primário, o 1.º, 2.º e 3.º graus, e mais um 4.º grau, de pós-graduação. As diretrizes e bases do ensino de 1.º e 2.º graus foram fixados pela Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. A Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968 fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

O ensino pré-escolar é ministrado a menores de sete anos, em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes; o de 1.º grau, obrigatório e gratuito, para os alunos dos sete aos 14 anos, compreende oito séries letivas. Constitui uma fusão do antigo curso primário com o 1.º ciclo do ensino médio, e apresenta inovações pedagógicas na terminalidade do nível de ensino; o de 2.º grau compreende três ou quatro séries; destina-se a conferir habilitação profissional de nível médio, e atende à faixa etária dos 15 aos 18 anos. Perdeu a exclusividade de ser preparatório ao ingresso no ensino superior, mas a conclusão da terceira série habilita o aluno ao prosseguimento de estudos em grau superior. No caso de uma quarta série, os estudos podem ser aproveitados, quando equivalentes, em curso superior da mesma área ou áreas afins.

O ensino de terceiro grau corresponde à formação de nível superior (graduação) em universidades ou estabelecimentos isolados de ensino. O de quarto grau abrange os cursos de pós-graduação.

A última reforma do ensino de 1.º e 2.º graus, de 1971, onde se efetivou a fusão do ensino primário às quatro séries do antigo curso ginasial, correspondeu às necessidades de mudanças que, a partir de 1930, se impuseram ao contexto internacional. A evolução do ensino de 2.º grau, em ritmo acelerado, manifestou-se através de três linhas de força, segundo George W. Parkyn*:

* Diretor do Conselho Neozelandês de Pesquisas Educacionais. Tradução do MEC dos capítulos IV e VII, publicados pela Unesco. L'Education dans le Monde – III. L'Enseignements du Second Degré.

1. Uma vasta expansão adquirida pelo ensino médio no mundo inteiro, em parte devida ao crescimento demográfico, em parte ao desenvolvimento do próprio ensino. Nos países em que o ensino escolar era quase inexistente antes da II Guerra Mundial, a ampliação do ensino primário acarretou o desenvolvimento do ensino médio. Logo, a primeira linha de força decorreu da *ampliação e expansão do ensino de 2.º grau*, antigo ensino médio.
2. Em decorrência desse crescimento surgiu a necessidade de se procurar meios para *ligar organicamente o ensino primário ao médio.* Os dois graus de ensino nem sempre tinham os mesmos objetivos, o que acentuava a dificuldade em organizar um ensino bem articulado.
3. A imposição de *novos currículos*, decorrentes do progresso científico e técnico e da evolução social complexa.

Embora pouco notada, a extensão do ensino médio compreendida na criação de um 1.º grau, reunindo curso primário e antigo ginasial, está atingindo crianças às quais não se dirigia originariamente, particularmente àquelas de condições socioeconômicas inferiores, como também às de menor aptidão para os estudos. O ensino de 2.º grau, destinado a conferir habilitação profissional de nível médio, reflete a necessidade de maior aproximação entre ensino e trabalho.

Em seu artigo 1.º, a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, assim se pronuncia:

"O ensino de 1.º e 2.º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania."

Educadores reconheceram que algumas falhas dos currículos tradicionais poderiam estar localizadas no desprezo às aptidões práticas dos jovens. Os currículos do ensino primário de quase todos os países do mundo compreendiam práticas de trabalhos manuais, o que não acontecia com os do 2.º grau. A aprendizagem das técnicas profissionais foi então retardada e passou a ter ênfase nos currículos de 2.º grau, atendendo à faixa etária dos 15 aos 18 anos.

Na filosofia dos novos currículos elaborados, para atender ao ensino de 1.º e 2.º graus, pode-se inferir algumas proposições do nosso sistema de educação:

- Atender a uma população de jovens menos representativa de uma elite intelectual, social ou econômica.
- Libertar-se da estratificação social existente.
- Reduzir a taxa de evasão escolar.
- Tendência a prolongar o tempo de duração do ensino.
- Subtrair do ensino de 2.º grau a finalidade de preparação para o ensino universitário.

• Dar formação profissional.
• Contribuir para o desenvolvimento econômico através da formação de mão-de-obra mais qualificada.

Do exposto, pode-se concluir que, no momento atual, em matéria de educação em todos os seus graus, no âmbito dos problemas nacionais, encontramo-nos na contingência de responder a alguns apelos aos quais não podemos fugir, como participantes de um processo de desenvolvimento, apelos esses das seguintes ordens:

Econômica – solicitando à filosofia da educação o desenvolvimento de valores tecnológicos.
Política – solicitando às ciências humanas e sociais valores científicos e sociais, para atender a ocupação de cargos e às altas esferas administrativas.
Pedagógica – reclamando novas metodologias, novos currículos que possam atender às exigências econômicas, sociais, culturais, ecológicas e etológicas.
Psicológica – reclamando subsídios e técnicas para preservar o indivíduo como ser humano, com seus modos de ser e existir para si, para outro e para o mundo.

A figura do profissional psicólogo bem delineada junto aos sistemas de educação, pode atuar tanto nas áreas de planejamento, na instituição educação, como na área de ação educativa, junto às unidades escolares.

Das equipes encarregadas de traçar as grandes diretrizes do processo educativo, deve fazer parte o profissional psicólogo, colaborando como especialista em condições de responder sobre a conduta do homem, seus limites, seu crescimento, suas formas de aprender e de relacionar-se com outro, sua personalidade, seus possíveis transtornos de comportamento, suas possibilidades de ser avaliado, diagnosticado e de receber tratamento psicológico. Também pode consubstanciar sua participação promovendo pesquisas sobre a instituição educação, seu processamento, suas técnicas, seus fins a atingir. Nas unidades escolares, por meio de uma ação direta ou não sobre a família, o professor, o aluno, pode o psicólogo prestar grandes contribuições.

A participação do psicólogo na realidade brasileira, prevenindo e contornando os problemas de difícil solução nos diferentes graus de ensino, pode assim ser resumida:

• Na educação pré-escolar, investimento de grande custo e ainda prerrogativa de elites, pode o psicólogo escolar contornar a sua falta através da orientação à família, da participação e coordenação de programas e atividades ligadas à primeira infância, essencialmente preventivas, para aqueles que vão ingressar na escola, fortalecendo uma influência recíproca entre família e escola, aproximação maior da escola com a sociedade. Seria uma forma leve de iniciar a educação pré-escolar.

• Ao 1.º e 2.º graus, continuando a aproximação escola-sociedade, o psicólogo escolar poderia participar de programas de informação profissional, utilizar técnicas de dinamização de grupos, crescimento interpessoal, de facilitação para escolhas profissionais, como também acompanhar o processo de aprendizagem, e o ensino, através do professor.

Enfim, a partir das novas concepções sobre educação, seus meios e fins, fundamentada a educação numa "filosofia de ação, participação e compreensão do homem como ser livre e responsável" (Piaget), visto o processo de educação não apenas no "aspecto formação", mas "condição formadora ao próprio desenvolvimento natural" (Piaget), o psicólogo, engajado nesse processo, teria como proposição mobilizar as energias criativas do estudante, levando-o a um crescimento pessoal, social e vocacional mais efetivo.

REVISTA DE PSICOLOGÍA GENERAL Y APLICADA

Director: José Germain

Consejo Científico: José Ortega Gasset †, Gregorio Marañon †, Juan Zaragüa, Manuel Soto

Secretarios: José M. Sacristán †, Ricardo Ibarrola

Redacción: Julián Marías, José Mallart, Mariano Yela, Eusebio Martí Lamich †, José López Mora

Psicología General, Experimental,
Psicología Aplicada a La Medicina, Pedagogía,
Industria y Ciencias Económicas y Sociales.

En sus páginas encontrará el lector artículos de gran valor científico, comentários de especial interés o actualidad sobre libros, tests y dispositivos experimentales, y además una extensa y selecta información bibliográfica y clínica.

Publicación Trimestral: 1000 páginas al año y un número extraordinario. Suscripción para España e Hispanoamerica 300 pesetas, para el extranjero 6 dólares, número suelto 75 pesetas.

DIRECCIÓN, REDACCIÓN Y ADMINISTRACIÓN

INSTITUTO NACIONAL DE PSICOLOGÍA APLICADA Y PSICOTECNÍA,
J. HUARTE DE SAN JUAN I CIUDAD UNIVERSITARIA, MADRID – 3
Teléfono 243 68 00